

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

THOMAS HENRIQUE CAETANO DE ASSIS

DESIGUALDADE DA RENDA DO TRABALHO NO BRASIL ENTRE 2012 E 2018

Varginha/MG

2019

THOMAS HENRIQUE CAETANO DE ASSIS

DESIGUALDADE DA RENDA DO TRABALHO NO BRASIL ENTRE 2012 E 2018

Trabalho de conclusão do PIEPEX
apresentado como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel em Ciência e
Economia pelo Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas
Orientadora: Prof. Dr. Ana Márcia Rodrigues
da Silva

Varginha/MG

2019

THOMAS HENRIQUE CAETANO DE ASSIS

DESIGUALDADE DA RENDA DO TRABALHO NO BRASIL ENTRE 2012 E 2018

A banca examinadora abaixo-assinada aprova o Trabalho de conclusão do PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas.

BANCA EXAMINADORA

Professora. Dra. Ana Márcia Rodrigues da Silva
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Professora. Dra. Débora Juliene Pereira Lima
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Professora. Dra. Kellen Rocha de Souza
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela desigualdade de renda entre os trabalhadores. Com isso, o objetivo presente do trabalho é analisar a desigualdade de renda no trabalho principal no Brasil, por região, unidades da federação, sexo, raça e escolaridade. Para tanto foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua dos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018. Com esses dados estimou-se os coeficientes de Gini. Como resultados primordiais observa-se que houve um aumento na desigualdade da renda do trabalho nos anos analisados. A desigualdade foi mais acentuada nas regiões Nordeste e Norte. Além disso, a desigualdade da renda do trabalho foi maior entre pessoas do sexo masculino, e entre pessoas que se autodenominam amarelas. Por fim, identificou-se que a desigualdade da renda do trabalho aumentou mais acentuadamente entre indivíduos sem instrução no período de 2012 a 2018.

Palavras-chave: Desigualdade. Renda do trabalho. Gini.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 BREVE ANÁLISE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL	6
2.2 DESIGUALDADE NA RENDA DO TRABALHO.....	9
3 METODOLOGIA e DADOS.....	15
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

A quantidade de pessoas vivendo em condição de pobreza¹ diminuiu no Brasil com alguns programas de transferência de renda², o aumento do emprego e da renda³ e o crescimento econômico. Em meio a isso a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini⁴, entre 2001 e 2005 passou de 0,593 para 0,556. Mesmo assim a desigualdade de renda no Brasil ainda se destaca, sendo uma das mais elevadas do mundo, ocupando a nona posição em 2018 entre os países mais desiguais do mundo, segundo Oxfam Brasil (2018). Segundo Almeida, Nogueira e Corrêa (2018,) o Brasil será o país mais desigual da América Latina até 2030. Com isso, terá que lidar com o combate a pobreza, melhoria na educação e previdência social.

Como a principal fonte de renda da classe trabalhadora é a renda do trabalho, justifica-se o estudo sobre a desigualdade na renda do trabalho. Isso é importante para verificar se a alta desigualdade de renda no Brasil persiste quando o enfoque é o rendimento auferido por meio do trabalho.

Sendo assim, o intuito deste estudo é analisar a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. Para realizar esta pesquisa foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua dos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018. Estes anos foram escolhidos porque a PNAD contínua inicia-se em 2012 e o ano de 2018 é o mais recente no momento de realização desta pesquisa. Como a finalidade de verificar o comportamento da desigualdade, e para sintetizar a análise foram utilizados dados de dois em dois anos.

Este estudo encontra-se estruturado em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção apresenta-se o referencial teórico com uma breve análise sobre a desigualdade de renda no Brasil. Na terceira seção, apresenta-se a metodologia. Em seguida, expõe-se os resultados e as discussões dele resultantes.

¹ Segundo Rocha (2000) a situação de pobreza pode ser caracterizada por insuficiência de rendimentos abaixo de um nível mínimo denominado linha de pobreza.

² Pode-se citar o Bolsa Família, que é um programa dirigido para as famílias em nível de pobreza, de maneira que seja capaz de superar o estado de pobreza e de vulnerabilidade. Além disso, pode-se citar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é programa de transferência de renda, no qual transfere um salário mínimo para pessoas maiores de 65 anos ou para pessoas que apresentam alguma deficiência mental, física, sensorial ou intelectual.

³ Segundo Baltar, Souen e Campos (2017), entre 2004 e 2013 o Brasil vivenciou um período de crescimento com inclusão social. Neste período, houve o aumento do emprego formal e da renda dos trabalhadores.

⁴ O coeficiente de Gini será apresentado na metodologia. Sua interpretação é: quanto mais próximo de 1, maior a situação de desigualdade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A desigualdade de renda no Brasil é um problema que pode ser explicado pelo processo histórico concentrador, ocorrido desde a colonização que foi do tipo exploração, passando pela consolidação do trabalho escravo, pela forma de distribuição da terra e pela produção voltada para o setor externo. O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, os processos de industrialização e de urbanização, e o padrão de desenvolvimento que se firmou no Brasil geraram uma sociedade desigual (DEDECCA, 2005).

Neste trabalho será abordada a desigualdade de renda, especificamente da renda do trabalho no período mais recente entre 2012 e 2018. Para tanto, nas próximas seções, será contextualizada brevemente esta questão.

2.1 BREVE ANÁLISE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Para que haja a determinação da desigualdade da distribuição de renda, segundo Hoffmann (2000), é necessário especificar qual será a variável utilizada e qual será a população estudada. Para estabelecer a análise com base em alguns dos rendimentos seguintes:

- a) O rendimento de todas as fontes das pessoas economicamente ativas;
- b) O rendimento de famílias residentes em domicílios particulares;
- c) O rendimento per capita de pessoas de famílias residentes em domicílios particulares.

Neste trabalho será analisada a desigualdade de rendimento dos trabalhadores. Para tanto, baseia-se na renda auferida por meio da oferta de sua força de trabalho. Assim sendo, a variável utilizada será a renda do trabalho e a população analisada constitui-se pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Recorrentemente a desigualdade de renda é tratada como sinônimo da desigualdade social. Contudo, de acordo com Camargo (2011, p. 1) “a desigualdade social é como um guarda-chuva que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, de escolaridade, de renda, de gênero, etc.”. Com base neste argumento, o termo “desigualdade social” é mais amplo que a desigualdade de renda e envolve múltiplos fatores.

Para Rocha (2000) além de o Brasil ter sofrido com altos níveis de desigualdade de renda, trata-se de um país onde a pobreza absoluta⁵ persiste resultante de uma má distribuição de renda. Em 1997 apenas 1% das pessoas mais ricas obtinham 13,7% do produto total, gerando um dos mais altos Coeficientes de Gini do mundo, no valor de 0,570. De acordo com a autora, para que a redução da pobreza absoluta aconteça é necessário tanto do crescimento da renda quanto da maneira como ela é distribuída. Deste modo, a distribuição de renda no Brasil assume um papel importante para o controle dos conflitos sociais e para as ações do poder público com a finalidade da redução da pobreza absoluta, uma vez que a diferença de renda, poder e riqueza existentes no país são bastante significativos.

No Brasil houve uma queda de 0,593 para 0,556 no grau de desigualdade no período entre 2001 e 2005, porém o país continuava ocupando um dos mais altos graus de desigualdade do mundo. Considerando o índice de Gini em um *ranking* de 124 países que possuíam essas informações sobre a desigualdade, em 2001 95% dos países possuíam melhor distribuição de renda que o Brasil. Em 2005 o Brasil avançou 5 pontos percentuais. Mesmo assim 90% dos países ainda possuíam melhor distribuição de renda, conforme o índice de Gini (BARROS *et al.* 2007). Ainda para Barros *et al.* (2007), os pobres da sociedade brasileira apresentam condições inferiores ao que se poderia esperar-se, considerando a posição do país em termos de renda per capita, sendo a renda dos mais pobres, sendo que a razão entre a renda média dos 20 % dos mais ricos e a dos 20 % mais pobres, variou negativamente 21% de 2001 para 2005.

Na análise realizada por Baptistella, Souza e Ferreira (2011), em 2001 a renda dos mais pobres no Brasil era 27,5 vezes menos do que a dos mais ricos. Em 2009 houve uma redução da concentração de renda de 30,9%. Quando se considera macrorregiões do Brasil, o sudeste foi onde essa queda foi mais significativa, com uma redução de 33,3% entre 2001 e 2009. Já na região nordeste a diminuição foi cerca de 20%, sendo conceituada como a região onde ocorreu a menor redução. O estudo considera que de 2001 a 2009, de maneira geral, as macrorregiões brasileiras evoluíram de maneira positiva em relação à concentração de renda. A renda dos mais pobres aumentou fazendo com que ocorresse a diminuição da desigualdade de renda domiciliar per capita.

⁵ Pobreza absoluta é uma situação onde a renda é inferior ao necessário para consumir os bens considerados essenciais para a vida das pessoas.

Para Duarte, Ferreira e Salvato (2010) o problema da desigualdade regional no Brasil pode se justificar pela relação direta entre escolaridade e renda, ou seja, como nas regiões norte e nordeste os indivíduos possuem baixa escolaridade, estas regiões também apresentaram um nível de renda menor. Portanto, o autor conclui que para combater a desigualdade regional de renda é preciso estabelecer políticas de educação e criação de cursos profissionalizantes para o desenvolvimento da população das regiões norte e nordeste.

Segundo Barros e Mendonça (1995) a desigualdade de renda é maior no nordeste do que no sudeste. Conforme os autores, isso ocorre pelo fato do Nordeste ter uma maior sensibilidade dos salários em relação a educação, sendo que o Nordeste possui um menor nível de educação comparado ao Sudeste.

Contudo, este não é o fator mais importante para justificar tal fato. A informalidade no trabalho é outra causa das diferenças de renda entre as regiões. Há que se considerar também as questões socioeconômicas das próprias regiões.

O nordeste é a região que possui o menor percentual de rendimentos oriundos do trabalho. No entanto, nesta região o percentual de rendimentos de outras fontes é mais alto, o que inclui os programas de transferência de renda. Pelas condições de pobreza da população destas regiões, vale ressaltar que o Nordeste e o Norte são as regiões que mais dependem de programas de transferências de renda (IBGE, 2017).

De acordo com Ferreira (2000) a desigualdade de renda não se justifica somente pelas dessemelhanças em escolaridade ou experiência, pois o Brasil possui um mercado de trabalho bastante segmentado. Assim, o autor exemplifica uma situação na quais dois trabalhadores possuem rendas diferentes, com as mesmas características pessoais, mas um deles formal no setor industrial e o outro informal na agricultura. Assim, segundo Ferreira(2000):

O primeiro trabalhador ganhara mais do que o outro, em função tão somente das características do posto de trabalho ocupado. A segmentação regional também responde por sua parcela da desigualdade, mas, comparada com aquelas que lhe correspondiam nas decomposições não parciais, sua importância é bastante menor. Isto se deveria ao fato de que outros atributos, como o nível médio da educação, e a composição setorial da atividade produtiva variam substancialmente de uma região para outra (FERREIRA, 2000, p.13).

Segundo Pessoa (1999) existe duas maneiras de se observar os problemas da desigualdade de renda entre as regiões: Uma delas é a desigualdade de renda per capita já a outra está relacionada à concentração de produção. Em grande parte a produção está mais concentrada em regiões mais desenvolvidas do país. Sabendo que existe mobilidade de mão de obra e de capital

dentro de uma região de uma mesma economia, não é muito especificado o problema da concentração de renda, pois uma vez que o indivíduo não consegue emprego para gerar renda, o mesmo pode sair da sua localização para poder procurar outro emprego dentro da sua região.

Em 2018 os indivíduos mais ricos do Brasil recebiam rendimento médio mensal 17,6 vezes maiores do que o rendimento médio mensal dos mais pobres (IBGE, 2018). Neste mesmo ano, o país ainda ocupava a nona posição no *ranking* dos países mais desiguais do mundo.

2.2 DESIGUALDADE NA RENDA DO TRABALHO

O Brasil também tem um mercado de trabalho caracterizado pela desigualdade de renda. Isso se verifica, por exemplo, entre gênero e raça, fazendo com que ocorra a discriminação salarial ou a segregação ocupacional. Levando-se em conta a situação brasileira a educação também impacta diretamente na desigualdade de renda uma vez que, a remuneração também pode ser influenciada pelo nível de escolaridade (CAMBOTA; PONTES; 2007).

Na Tabela 1 são apresentadas algumas estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho principal no Brasil no período de 2012 a 2018, com base nos dados das PNADs contínuas.

Tabela 1- Estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho no Brasil, 2012-2018*

	2012	2014	2016	2018
Renda média	1326,43	1538,84	1800,67	2019,83
Desvio padrão	2194,83	2423,98	2938,19	3421,31
Renda máxima	500000,00	413500,00	1000000,00	592000,00
Renda mínima	0	0	0	0
Coefficiente de variação	1,65	1,57	1,63	1,69
1%	0	0	0	0
50%	800,00	960,00	1100,00	1200,00
99%	10000,00	10500,00	12000,00	15000,00
Salário mínimo*	622,00	724,00	880,00	954,00

* Renda nominal em R\$.

*Os dados sobre o salário mínimo, referem-se ao salário mínimo nominal e foram retirados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas do IBGE.

Nota-se pela tabela 1 que em todos os anos há uma grande discrepância entre a renda média e a renda máxima. Além disso, o comportamento dos coeficientes de variação aponta para disparidade da renda do trabalho em termos nominais no Brasil. Os dados da Tabela 1 também permitem concluir que aumentou a renda média do trabalho no Brasil, assim como aumentou o salário mínimo. Mesmo em 2018, percebe-se que 50% dos trabalhadores auferiram renda menor ou igual a R\$ 1200,00. Além disso, nota-se que o coeficiente de variação aumentou, o que aponta para um aumento da heterogeneidade entre as rendas.

Segundo Madalozzo (2008) a desigualdade de salários entre gêneros se reduziu nos últimos anos no Brasil. Apesar disso, as mulheres possuem em média maior escolaridade e ainda assim os menores rendimentos. Com o aumento de mulheres no mercado de trabalho a diferença salarial entre gênero reduziu 8% de 1995 a 2006 (MADALOZZO, 2008). De acordo com o IBGE (2012), as mulheres possuíam em 2012, 7,3 anos de estudo em média, já os homens possuem apenas 7,1 anos em média.

Na Tabela 2 são apresentadas algumas estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho entre os sexos no período de análise deste estudo. Nota-se que a renda média dos homens em todos os anos foi sempre superior à renda média do trabalho auferida pelas mulheres, conforme os dados presentes na tabela 2.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho por sexo no Brasil, 2012-2018*

	2012		2014		2016		2018	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Renda média	1457,49	1129,85	1681,67	1324,13	1929,76	1608,06	2178,14	1792,86
Desvio padrão	2485,41	1646,97	2713,04	1888,59	3336,81	2199,75	3886,35	2597,22
Renda máxima	500000,00	19000,00	413500,00	250000,00	1000000,00	100002,00	592000,00	3000000,00
Renda mínima	0	0	0	0	0	0	0	0
Coeficiente de variação	1,71	1,45	1,61	1,42	1,73	1,36	1,78	1,45
1%	0	0	0	0	0	0	0	0
50%	880,00	700,00	1000,00	813,00	1200,00	1000,00	1300,00	1100,00
99%	10500,00	8000,00	12000,00	9000,00	15000,00	10000,00	16000,00	12000,00

* Renda nominal em R\$.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas do IBGE.

Em 2012 a renda média do trabalho feminino era 1,29 vezes inferior à do homem, sendo que em 2018, essa razão reduziu para 1,21. Pode-se perceber que há maior discrepância entre as rendas auferidas pelos homens do que entre as rendas auferidas pelas mulheres, visto que o coeficiente de variação é menor no segundo caso (Tabela 2).

Com relação à cor ou raça, o Brasil em 1996 era caracterizado um país multi-racial, onde a população branca representava cerca de 50% da população. Apesar disto, a renda dos não brancos era 40% da renda dos brancos. Barros e Mendonça (1996) consideraram que a discriminação salarial por raça dependente de fatores como a desvantagem da localização, a desvantagem educacional e a desvantagem ocupacional.

Segundo Guimarães (2006) os negros recebem menos do que os brancos por existirem desvantagens socioeconômicas, por trabalharem nos setores onde a remuneração é menor, por terem menor nível educacional, e ainda por estar em maior proporção nas regiões norte e no nordeste, onde as condições necessárias para trabalhar são mais precárias.

De acordo com Renaux (2017) quando se considera o rendimento médio de todos os trabalhos por cor ou raça as pessoas brancas recebiam 45% a mais do que as pessoas pardas e pretas em 2016, sendo que as remunerações destas respectivamente eram de R\$ 1.524 e R\$ 1.547. Os brancos possuíam rendimentos 30,8% maiores do que a média nacional, sendo que os pretos receberam 28% e os pardos 29,1% a menos.

Na Tabela 3 estão expostas as estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho de acordo com a cor ou raça. Optou-se pela divisão entre brancos e não brancos (que inclui todas as demais raças).

Percebe-se que em todos os anos a renda dos trabalhadores brancos foi superior à renda dos trabalhadores não brancos. No ano de 2012 a razão entre as rendas médias era de 1,69. Este mesmo resultado persistiu em 2018, o que indica que mesmo em 2018 a renda média dos brancos ainda era 1,69 vezes maior que a renda média dos trabalhadores não brancos.

Tabela 3- Estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho por cor ou raça no Brasil, 2012-2018*

	2012		2014		2016		2018	
	Branços	Não brancos	Branços	Não brancos	Branços	Não brancos	Branços	Não brancos
Renda média	1717,30	1016,70	2003,53	1193,00	2352,75	1395,12	2651,93	1569,02
Desvio padrão	2822,21	1451,21	3111,34	1.655,05	3897,70	1851,06	4442,88	2342,56
Renda máxima	500000,00	160300,00	413.500,00	250000,00	1000000,00	150000,00	592000,00	302500,00
Renda mínima	0	0	0	0	0	0	0	0
Coefficiente de variação	1,64	1,42	1,55	1,39	1,65	1,32	1,67	1,49
1%	0	0	0	0	0	0	0	0
50%	1000,00	685,00	1200,00	800,00	1500,00	950,00	1500,00	1000,00
99%	12500,00	6400,00	15000,00	7500,00	16000,000	8700,00	20000,00	10000,00

* Renda nominal em R\$.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas do IBGE.

Pela análise do coeficiente de variação (tabela 3) observa-se que a discrepância da renda entre os trabalhadores brancos foi superior. Assim, embora os trabalhadores não brancos possuíssem rendas menores havia um comportamento mais homogêneo da renda entre estes indivíduos (Tabela 3).

De acordo com o estudo de Ribeiro (2017) a desigualdade de renda entre os indivíduos no mercado de trabalho se deu pelo nível de escolaridade, sendo que quando a escolaridade exigida pelo mercado de trabalho é compatível com a escolaridade do indivíduo, isto traz consigo maiores retornos monetários. Isso porque, segundo o autor, quando o indivíduo é mais escolarizado ele tem maior produtividade e com isso tem maior remuneração⁶. Neste caso, a maior remuneração é uma recompensa pelo o nível de instrução.

Apesar disto, como já foi abordado, há a presença de discriminação e de segregação no mercado de trabalho, o que ocorre quando mesmo escolarizados os indivíduos auferem renda do trabalho menor com base em características que não interferem na sua produtividade, como o

⁶ Ribeiro (2017) fez este tipo de análise baseando-se na Escola Clássica de economia e na teoria do Capital Humano, segundo a qual, a remuneração é estabelecida conforme a produtividade.

sexo e a raça. Com base nisto não há garantias de que a escolaridade irá acarretar necessariamente em maiores rendimentos para o trabalhador.

Segundo Renaux (2017) quando se considera a escolaridade os trabalhadores sem escolaridade recebiam em média cerca de R\$884,00 em 2016, já o trabalhador apenas com o ensino médio, tinha um rendimento médio de cerca de R\$ 1.716,00, e o indivíduo com o ensino superior completo um rendimento médio de R\$ 5.189,00. Na análise do autor o rendimento médio do trabalho aumenta conforme a escolaridade aumenta.

Na Tabela 4, estão expostas as estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho conforme a escolaridade entre 2012 e 2018. Para facilitar a exposição dos dados optou-se pela divisão entre indivíduos com ensino superior e sem ensino superior. Estes últimos incorporam todos os demais níveis de escolaridades anteriores.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho por escolaridade no Brasil, 2012-2018*.

	2012		2014		2016		2018	
	Sem ensino superior	Com ensino superior						
Renda média	1021,01	3619,15	1180,36	3971,25	1347,05	4508,66	1462,71	4797,28
Desvio padrão	1381,74	4548,63	1539,03	4783,73	1690,34	5878,02	1936,37	6488,99
Renda máxima	200000,00	500000,00	300000,00	413500,00	300000,00	1000000,00	270000,00	592000,00
Renda mínima	0	0	0	0	0	0	0	0
Coefficiente de variação	1,35	1,25	1,30	1,20	1,25	1,30	1,32	1,35
1%	0	250,00	0	99,00	0	200,00	0	0
50%	700,00	2300,00	850,00	2500,00	1000,00	3000,00	1050,00	3000,00
99%	5500,00	20000,00	6000,00	21200,00	7000,00	25000,00	8000,00	30000,00

* Renda nominal em R\$.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas do IBGE.

Com base na Tabela 4 nota-se que a razão entre as rendas médias dos trabalhadores que possuíam nível superior e os que não possuíam era 3,54 em 2012 e caiu para 3,27 em 2018. Assim, houve uma pequena diminuição do distanciamento entre estas rendas.

Apesar disto, o coeficiente de variação das pessoas com ensino aponta para uma maior variabilidade entre estas rendas em 2018 (Tabela 4). Em oposição, os rendimentos do trabalho das pessoas sem ensino superior se comportaram de maneira menos heterogênea (Tabela 4)⁷.

Discutidas estas questões, na próxima seção será apresentada a metodologia deste trabalho para se traçar uma análise mais precisa sobre a desigualdade da renda do trabalho. Neste intuito, será estimado o coeficiente de Gini, conforme será descrito posteriormente.

⁷ Não é objetivo deste trabalho focar as diferenças de renda e escolaridade oriundas da discriminação e segregação. Este tema será motivo de estudos futuros.

3. METODOLOGIA

Neste estudo foi utilizada como base de dados a PNAD contínua dos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018. A PNAD contínua é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que tem como objetivo acompanhar as variações trimestrais, a evolução da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país.

Para poder estimar o grau de desigualdade de rendimentos do trabalho principal no Brasil foi utilizado o programa estatístico STATA, que por meio do comando `inequal7`, estimou-se o índice de Gini.

O índice de Gini é um bom indicador para medir o grau de concentração de renda num determinado grupo. Numericamente o índice varia de 0 a 1, onde o valor zero representa que não existe nenhuma desigualdade, ou seja, onde todos possuem o mesmo rendimento, já o valor um representa a desigualdade máxima.

Contudo, o índice é definido como o quociente entre a desigualdade verificada π e seu valor teórico máximo (entre 0 e 0,5). Sendo, $0 \leq \pi \leq 0,5$, o índice é representado pela seguinte fórmula:

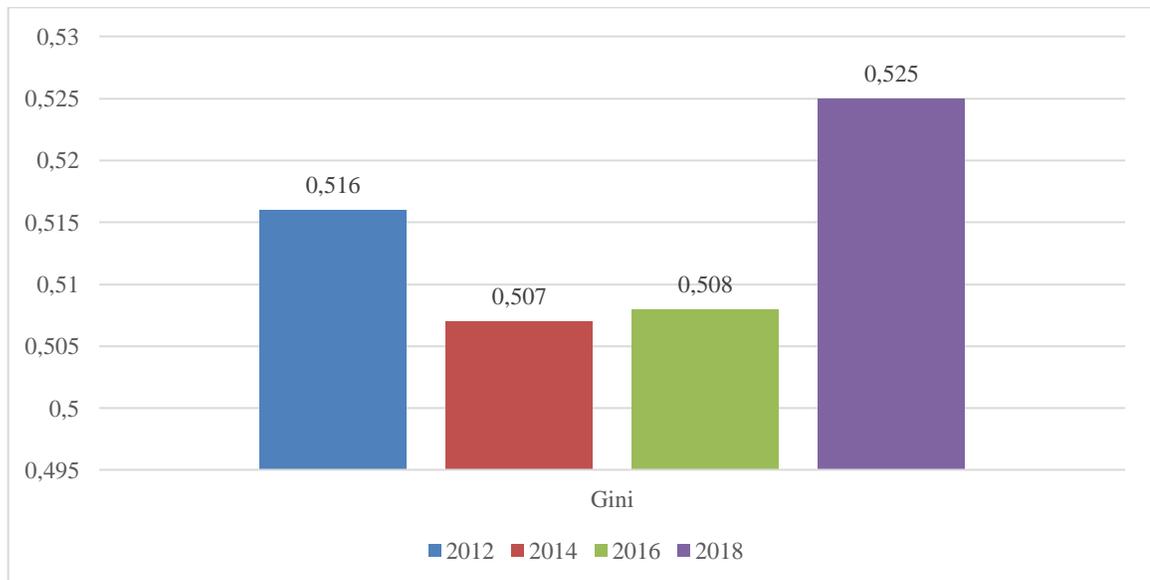
$$G = \frac{\pi}{0,5} = 2\pi$$

Estimados os índices de Gini foi analisada a desigualdade de renda do trabalho principal, dentro de recortes geográficos como regiões e unidades da federação. Além disso, considerando-se a importância das variáveis ressaltadas na seção anterior foram acrescentadas estimativas relacionadas ao sexo, cor ou raça e anos de estudo.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos nesse estudo. No Gráfico 1, estão expostos o Gini da renda do trabalho para o Brasil como um todo entre os anos de 2012 e 2018.

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini da renda do trabalho para o Brasil 2012-2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas do IBGE.

Com base no Gráfico 1, nota-se em geral que houve um aumento na desigualdade da renda do trabalho medida pelo o índice de Gini. O Gini passou de 0,516 em 2012 para 0,525 em 2018, demonstrando um aumento de 1,74%, conforme a variação percentual. Assim houve uma redução da desigualdade da renda de 2012 para 2014 e aumento a partir daí até o ano de 2018.

O aumento na desigualdade da renda do trabalho pode ser explicado pelo cenário econômico deste período. Em relação a esse cenário, Pochmann (2015, p. 7-8) afirma que:

[...] a desaceleração da economia brasileira combinada com a desoneração fiscal contribuía decisivamente para o esvaziamento da arrecadação tributária, implicando aumento da relação entre a dívida bruta do setor público consolidado e o Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 53,3% para 58,9% do PIB entre 2013 e 2014, após ter decrescido 2,7% entre 2013 e 2012. [...] em relação ao PIB, o endividamento bruto do setor público passou de 59,8% para 64,6% entre janeiro e julho de 2015. A principal razão disso se deve à recessão, que fomentada pela forte elevação dos juros, que não freou a inflação, contribui tanto para o crescimento do endividamento público como para a menor arrecadação tributária. Mesmo com o contingenciamento dos gastos públicos, o superávit fiscal não apareceu.

Assim, segundo Pochmann (2015), o ano de 2015 é considerado um ponto de inflexão no mercado de trabalho, visto que se interrompeu a trajetória de queda na taxa de desemprego. Conforme o departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos DIEESE (2019, p.1):

O período de 2004 a 2014 caracterizou-se pelo aumento da formalização do mercado de trabalho, com elevação do emprego assalariado com carteira e redução do assalariamento sem carteira e dos autônomos. A partir de 2015, devido à crise econômica, houve reversão deste movimento, com aumento expressivo do desemprego e da informalidade.

Nesse sentido, o aumento do desemprego a inserção de indivíduos na informalidade e em postos de trabalhos não assalariados ajudam a explicar o aumento da desigualdade da renda do trabalho porque isto interfere na renda obtida pelos trabalhadores.

De acordo com Neri (2018), durante os anos 2015 e 2018, a renda média do trabalho se reduziu em 3,44% para todos os trabalhadores. No entanto, essa redução foi mais acentuada entre os jovens, os responsáveis pelos domicílios, as pessoas com o ensino médio incompleto e entre as pessoas das regiões nordeste e norte. O desemprego explica essa queda, fazendo com que houvesse um agravamento da desigualdade e a pobreza.

Na Tabela 5 estão apresentados os coeficientes de Gini estimados para as regiões brasileiras. Cabe destacar que a variação percentual apresentada na Tabela 5, assim como nas demais tabelas, referem-se ao ano de 2018 em relação ao ano de 2012.

Tabela 5- Gini da renda do trabalho por regiões brasileiras – 2012-2018

Região	2012	2014	2016	2018	Variação Percentual
Norte	0,507	0,488	0,499	0,518	2,170%
Nordeste	0,517	0,521	0,514	0,523	1,161%
Sudeste	0,481	0,477	0,472	0,497	3,326%
Sul	0,459	0,445	0,443	0,454	-1,089%
Centro-Oeste	0,513	0,483	0,484	0,494	-3,704%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

Conforme a Tabela 5 a região nordeste possuiu os maiores índices de Gini em todos os anos, assim sendo, é classificada como a região mais desigual do Brasil, seguida da região norte, exceto no ano de 2012. Esta maior desigualdade pode ser explicada pelo maior grau de pobreza nestas regiões e pela presença de ocupações informais, conforme foi ressaltado na segunda seção deste trabalho.

Seguida da região nordeste, a região centro-oeste se classificou como a segunda região mais desigual em 2012, e a terceira nos anos de 2014 e 2016, porém a variação do índice de Gini foi a maior entre 2012 e 2018, ou seja, de 2012 para 2018 o índice se reduziu em 3,704%. Considerando o ano de 2018 a região Nordeste foi novamente a mais desigual, seguida das regiões norte, sudeste, centro-oeste e sul. A região sul foi a que possuiu os menores índices de Gini nos quatros anos, sendo assim caracterizada como a região menos desigual. A região sudeste apresentou um aumento de 3,326 % no Gini da renda do trabalho, sendo a região que teve a maior variação positiva.

Na Tabela 6 estão apresentados os coeficientes de Gini estimados por unidade da federação.

Tabela 6 – Gini da renda do trabalho por Unidades da Federação – 2012-2018

Estados	2012	2014	2016	2018	Varição Percentual
Rondônia	0,462	0,433	0,430	0,466	0,866%
Acre	0,514	0,472	0,496	0,504	-1,946%
Amazonas	0,520	0,507	0,529	0,520	0%
Roraima	0,509	0,517	0,513	0,531	4,322%
Pará	0,510	0,487	0,499	0,544	6,667%
Amapá	0,488	0,481	0,500	0,491	0,615%
Tocantins	0,510	0,489	0,486	0,508	-0,392%
Maranhão	0,508	0,504	0,521	0,513	0,984%
Piauí	0,564	0,550	0,560	0,547	-3,014%
Ceará	0,506	0,503	0,506	0,538	6,324%
Rio Grande do Norte	0,478	0,482	0,483	0,493	3,138%
Paraíba	0,513	0,523	0,531	0,561	9,357%
Pernambuco	0,536	0,558	0,513	0,522	-2,612%
Alagoas	0,429	0,458	0,451	0,438	2,098%
Sergipe	0,538	0,537	0,519	0,531	-1,301%
Bahia	0,539	0,522	0,516	0,528	-2,041%
Minas Gerais	0,489	0,478	0,475	0,489	0%
Espírito Santo	0,471	0,468	0,461	0,487	3,397%
Rio de Janeiro	0,470	0,473	0,451	0,487	3,617%
São Paulo	0,478	0,474	0,481	0,503	5,230%
Paraná	0,467	0,452	0,450	0,475	1,713%
Santa Catarina	0,422	0,406	0,400	0,406	-3,791%
Rio Grande do Sul	0,492	0,479	0,482	0,487	-1,016%
Mato Grosso do Sul	0,470	0,449	0,453	0,467	-0,638%
Mato Grosso	0,467	0,438	0,417	0,454	-2,784%
Goiás	0,462	0,443	0,429	0,455	-1,515%
Distrito Federal	0,581	0,549	0,558	0,556	-4,303%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas do IBGE.

Considerando as unidades da federação, o índice de Gini do Distrito Federal se destacou sendo o maior no ano de 2012, e foi o que apresentou maior redução da desigualdade de 2012 a 2018. Considerando ainda a Tabela 6 o Piauí com um índice de Gini no valor de 0,564, também se destacaram no ano de 2012, seguido da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Amazonas. No ano de 2014 o estado de Pernambuco obteve o maior grau de desigualdade de renda, fazendo com que o Piauí novamente ficasse em segundo lugar como o estado mais desigual. Como mostra a Tabela 5 a região Sul foi a que possuiu os menores graus de desigualdade, sendo que o estado de Santa Catarina foi o estado menos desigual em todos os anos analisados.

Cabe ressaltar o aumento da desigualdade registrado em alguns estados conforme a variação percentual. Na Paraíba a desigualdade na renda do trabalho aumentou 9,357% no período analisado (2012-2018). No Pará esse aumento foi de 6,667%, conforme a Tabela 6.

Na Tabela 7 estão apresentados os resultados conforme o sexo dos trabalhadores.

Tabela 7 – Gini da renda do trabalho por gênero – 2012-2018

Sexo	2012	2014	2016	2018	Varição Percentual
Homem	0,509	0,500	0,501	0,516	1,375%
Mulher	0,489	0,482	0,481	0,493	0,818%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas do IBGE.

A desigualdade de renda entre os homens foi maior em todos os anos analisados, sendo que o índice de Gini entre os homens obteve um crescimento de 1,375% de 2012 a 2018. As mulheres possuíam menor desigualdade na renda do trabalho e tiveram um crescimento nesta desigualdade de 0,818%, entre os anos de 2012 a 2018.

Na Tabela 8 estão apresentados os coeficientes de Gini estimados por raça no período de 2012 a 2018.

Tabela 8 – Gini da renda do trabalho por raça – 2012-2018

Raça	2012	2014	2016	2018	Varição Percentual
Branca	0,523	0,511	0,510	0,528	0,956%
Preta	0,449	0,447	0,450	0,470	4,677%
Amarela	0,559	0,533	0,550	0,593	6,082%
Parda	0,478	0,472	0,474	0,496	3,766%
Indígena	0,492	0,502	0,512	0,517	5,081%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas do IBGE.

Quando se compara a desigualdade de renda entre as raças, pode-se observar pela a Tabela 8 que os amarelos possuíam maior desigualdade de renda entre si em todos os anos observados, com aumento de 2012 a 2018. Os brancos se destacaram em segundo lugar nos anos de 2012 e 2018. As pessoas com cor de pele preta e parda possuiu os menores graus de desigualdade de renda entre os cinco tipos de raça. Nota-se também um aumento da desigualdade de renda do trabalho entre todas as raças, conforme dados presentes na Tabela 8.

Na Tabela 9, estão apresentados os coeficientes de Gini estimados por nível de escolaridade, no período de 2012 a 2018.

Tabela 9 – Gini da renda do trabalho por nível de escolaridade – 2012-2018

Escolaridade	2012	2014	2016	2018	Variação Percentual
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	0,458	0,472	0,495	0,526	14,847%
1 a 4 anos de estudo	0,459	0,454	0,462	0,497	8,279%
5 a 8 anos de estudo	0,428	0,420	0,428	0,452	5,607%
9 a 11 anos de estudo	0,404	0,398	0,393	0,416	2,970%
12 a 15 anos de estudo	0,422	0,412	0,402	0,418	-0,948%
16 anos ou mais de estudo	0,482	0,478	0,472	0,491	1,867%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas do IBGE.

Analisando a Tabela 9 constata-se que quanto maior o nível de escolaridade maior era a desigualdade de renda nos anos de 2012 e 2014. Contudo, quando se considera os anos de 2016 e 2018 pode-se observar que quando o indivíduo não possuía nenhuma instrução ou menos de um ano de estudo o índice de Gini obteve os valores de 0,495 e 0,526, ou seja, maiores do que os observados nos demais níveis de escolaridade. A desigualdade da renda do trabalho destes indivíduos aumentou 14,847%. Os indivíduos que possuem entre 9 a 11 anos de estudo são os que possuem a menor desigualdade de renda entre todos os anos analisados. Já os indivíduos que possuem de 12 a 15 anos de estudo, tiveram uma variação negativa, ou seja, o Gini se reduziu de 2012 para 2018. (Tabela 9).

Os coeficientes de Gini demonstram que a desigualdade da renda do trabalho diminuiu em algumas vertentes. Segundo o instituto de pesquisa econômica aplicada (2010) a partir de 2004 a

melhoria na distribuição de renda do trabalho fez com que houvesse uma queda na desigualdade de renda no Brasil, sendo que os trabalhadores com menores rendas foram os mais favorecidos. Ademais, os rendimentos caíram para aqueles que têm maiores níveis de escolaridade. Soares (2006) também fala que o mercado de trabalho é o principal determinante da queda da desigualdade de renda geral no Brasil, sendo que, além disso, os programas de transferência de renda também contribuíram vigorosamente para a queda.

Nessa mesma visão, Baltar, Souen e Campos (2017) consideram que as diferenças de renda entre os trabalhadores diminuíram por razão do aumento da renda média do trabalho, sendo que a mesma aumentou mais que o valor agregado por trabalhador, aumentando a colaboração do trabalho na renda nacional.

Segundo Duque (2019) o aumento da desigualdade de renda em 2018 se difundiu por várias questões. Entre elas estão o fato de que os indivíduos com menor nível de escolaridade não conseguem aumentar a sua renda, pois o mercado prefere contratar pessoas com nível de escolaridade maior. Além disso, como houve mudança no cenário econômico e aumento do desemprego, o número de empregos informais foi aumentando e com isso os salários oferecidos eram menores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar que houve uma queda da desigualdade de renda no Brasil de 2001 a 2005. A partir de 2009 houve uma diminuição na concentração de renda, principalmente na região sudeste, onde esse impacto foi maior. Para alguns autores a desigualdade de renda entre as regiões brasileiras se dá pela a diferença de escolaridade, principalmente na região nordeste. Porém, tem que se considerar a informalidade no trabalho e questões socioeconômicas, que são fatores que afetam diretamente na desigualdade de renda. Com relação à renda do trabalho a desigualdade de renda entre raças, homens e mulheres e conforme o grau de escolaridade é presente no Brasil fazendo com que as rendas dos brancos, homens e dos indivíduos mais escolarizados sejam, em geral, maiores em relação aos demais.

Este estudo objetivou-se analisar o comportamento da desigualdade da renda do trabalho medida pelo o índice de Gini, conforme algumas variáveis. Para tanto foram utilizados dados das PNADs contínuas de 2012, 2014, 2015 e 2018 do IBGE.

De modo geral, a desigualdade da renda do trabalho principal aumentou no Brasil nos anos analisados. Houve uma queda da desigualdade de 2012 para 2014 e aumento a partir daí. Quanto às regiões, a desigualdade de renda no nordeste foi a que mais se destacou nos anos analisados. Em todos os anos de análise o Distrito Federal, Pernambuco, Piauí e Paraíba se mostraram os estados mais desiguais em relação aos outros. Em relação ao gênero, notou-se que a desigualdade de renda do trabalho entre homens foi maior do que a desigualdade entre as mulheres. No que se refere às raças, a raça amarela foi a que apresentou a maior desigualdade de renda, obtendo variação de 6,082% de 2012 para 2018. Finalmente, os indivíduos com 16 ou mais anos de escolaridade se destacaram nos anos de 2012 e 2014, sendo os mais desiguais, já os indivíduos com menos de 1 ano de instrução, ou sem instrução, se destacaram pela maior desigualdade da renda do trabalho nos anos de 2016 e 2018.

Esses resultados podem ser explicados pelo dinamismo do mercado de trabalho e a mudança no cenário econômico no Brasil. Sugere-se que o aumento do emprego informal no Brasil, associado aos fatores mencionados, pode justificar o aumento na desigualdade da renda do trabalho, evidenciada nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C.; NOGUEIRA, D.; CORREA, M. **No ritmo atual, Brasil ainda será o mais desigual da América Latina em 2030**. *O GLOBO*, 7 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/no-ritmo-atual-brasil-ainda-sera-mais-desigual-da-america-latina-em-2030-23128037>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- BALTAR, P. E. A.; SOUEN, J. A.; CAMPOS, G. C. S. **Emprego e distribuição de renda**. Texto para Discussão, Campinas, IE-UNICAMP, n. 298, 2017.
- BAPTISTELLA, J. C.F.; SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. **Queda na desigualdade de renda das macrorregiões brasileiras: a participação dos programas de transferência monetária no período 2001-2009**. CODE, Brasília. 2011.
- BARROS, R. P. et al. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 2007.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias**. *Estudos feministas*, v.4, n.1. 1996.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P.; DUARTE, R. P. N. **Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais**. IPEA, Rio de Janeiro, 1997. (Texto para discussão, 454).
- CAMARGO, Orson. **Desigualdade social; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>. Acesso em 24 de maio de 2019.
- CAMBOTA, J. C.; PONTES, P. A. **Desigualdade de rendimentos por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004**. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 331-350, maio./ ago. 2007.
- CARVALHO, M. et al. **A queda recente na desigualdade de renda no Brasil**. IPEA, Rio de Janeiro, jan. de 2007. (Texto para Discussão, n. 1258)
- CAVALIERI, C. H.; FERNANDES, R. **Diferenciais de rendimentos por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras**. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1, p. 158-175, 1998.
- DEDECCA, C. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política** (São Paulo) Vol. 25, N° 1 (97), 2005.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 2 de jul de 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Uma análise do período 2012- 2018 sob a ótica do Índice da Condição do Trabalho**. São Paulo. 2019.

FERREIRA, Francisco H.G. **Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?**. Rio de Janeiro. Departamento de Economia (PUC-RIO). 2000. (Texto para discussão n. 415).

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. **A distribuição de renda no Brasil**. *Revista de administração de empresa*. Rio de Janeiro, v.2, p. 46-66, abr./ jun. 1972.

HOFFMANN, Rodolfo. **Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.55-81. 2006.

HOFFMANN, Rodolfo. **Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil**. **In: Desigualdade e pobreza no Brasil**. 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A Evolução Recente dos Rendimentos do Trabalho e o Papel do Salário Mínimo**. Comunicado do IPEA, n. 49. Brasília, maio de 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1787. Acesso em: 25 de julho de 2019.

MADALOZZO, Regina. **Gênero e desigualdade**. *GV Executivo*. Getúlio Vargas Executivo. São Paulo. v. 7, n.6, p.34-38. nov./dez. 2008.

MARINHO, E.; LINHARES, F; CÂMPELO, G. **Os programas de transferências de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?**. *Revista brasileira de educação*, Rio de Janeiro. v. 65 n. 3. p. 267–288. Jul./Set. 2011.

NERI, Marcelo. **Qual foi o Impacto da Crise sobre Pobreza e Distribuição de Renda?**. Rio de Janeiro. FGV Social. 2018

OXFAM BRASIL. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras 2018**. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf. Acesso em: 01 jul. 2019

PESSÔA, Samuel de Abreu. **Economia regional, crescimento econômico e desigualdade regional de renda**. Rio de Janeiro: EPGE/Fundação Getulio Vargas, 1999 (Ensaio Econômico, 355).

POCHMANN, Márcio. **Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano**. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 29, n. 85, set/out 2015.

- RENAUX, Pedro. **Desigualdade de renda atinge regiões, gêneros, cores e escolaridades.** Agencia IBGE. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18377-desigualdade-de-renda-atinge-regioes-generos-cores-e-escolaridades>. Acesso em: 28 de junho de 2019.
- RIBEIRO, M. G. **Desigualdades de renda: a escolaridade em questão.** Educ. Soc., Campinas. v. 38, n. 138, p.169-188. jan./mar. 2017.
- RIBEIRO, R.; ARAÚJO, G. S. **Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo.** Nova Economia. v. 26 n.1 p.147-177, 2016.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real.** Rio de Janeiro: IPEA. 2000. (Texto para discussão, 721).
- SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE; A. J. M. **O Impacto da Escolaridade Sobre a Distribuição de Renda.** Est. econ., São Paulo, v. 40, n. 4, p. 753-791, out./dez. 2010.
- SILVEIRA, Daniel. **No Brasil, 10% mais ricos ganham cerca de 17,6 vezes mais que os 40% mais pobres, aponta IBGE.** Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/05/no-brasil-10-mais-ricos-ganham-cerca-de-176-vezes-mais-que-os-40-mais-pobres-aponta-ibge.ghtm>>. Acesso em: 15 maio 2019
- SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** Texto para Discussão. n. 1.166,. Brasília: IPEA, 2006